

Pombal, uma sombra sobre Salazar

Pombal, A Shadow Over Salazar

Luiz Eduardo Oliveira¹

Resumo: Este artigo discute os modos pelos quais o marquês de Pombal foi representado nos primeiros anos do Estado Novo português, identificando as instâncias, autores e obras que deram lastro a tais representações, sobretudo no contexto da inauguração do monumento em sua homenagem, em 1934. Para tanto, fazemos uso de alguns pressupostos teóricos relacionados aos mitos e representações (Eliade, 2000, Barthes, 2007; Chartier, 2002), bem como de certa historiografia referente ao período (Franco, 2009; Eliade, 2010; Martins, 2017; Braga, 2021; Fernandes, 2023). Nossa conclusão é a de que a mitologia medievalista encampada pelos historiadores que deram suporte ao regime, na ânsia de associá-la à ideia de um Portugal profundo, era incompatível com o europeísmo iluminista almejado, ao menos discursivamente, pela política pombalina, motivo pelo qual a figura de Pombal, apesar de ter sido aceita a partir de finais da década de 40, juntando-o ao seu panteão de heróis nacionais, não se associou, simbolicamente, à ditadura de Salazar.

Palavras-chave: Mito. Pombal. Salazar.

Abstract: This article discusses the ways in which the Marquis of Pombal was represented in the early years of the Portuguese Estado Novo, identifying the instances, authors and works that supported such representations, especially in the context of the inauguration of the monument in his honor, in 1934. To this end, we make use of some theoretical assumptions related to myths and representations (Eliade, 2000, Barthes, 2007; Chartier, 2002), as well as some historiography related to the period (Franco, 2009; Eliade, 2010; Martins, 2017; Braga, 2021; Fernandes, 2023). Our conclusion is that the medievalist mythology embraced by historians who supported the regime, in their eagerness to associate it with the idea of a profound Portugal, was incompatible with the enlightened Europeanism sought, at least discursively, by Pombaline politics, which is why the figure of Pombal, despite having been accepted from the end of the 1940s onwards, joining him to the pantheon of national heroes, was not symbolically associated with Salazar's dictatorship.

Keywords: Myth. Pombal. Salazar.

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Introdução

Lisboa assistiu ontem sob um dia de sol quente e esplendoroso à solene inauguração do monumento ao marquês de Pombal e foi uma verdadeira romagem de curiosos lá para cima para a Rotunda. (Diário de Notícias, 14 de maio de 1934)

Este é o texto de abertura de uma matéria de capa do *Diário de Notícias*, publicada a 14 de maio de 1934, um dia depois da referida solenidade, que descreve as festividades relativas à inauguração de um dos principais monumentos de Portugal: a estátua em homenagem a Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), agraciado com os títulos de conde de Oeiras, em 1759, e de marquês de Pombal, em 1770. Nela, vemos um imponente marquês ladeado por um leão esculpido em bronze, sobre um pedestal de cerca de quarenta metros de altura. O pedestal, feito em pedra, ostenta, na parte superior, quatro medalhões que representam os principais colaboradores de Pombal: Manuel da Maia (1677-1768), Eugénio dos Santos (1711-1760), Machado de Castro (1731-1822) e D. Luís da Cunha (1662-1749). Na inferior, vemos diversas figuras alegóricas, dentre as quais uma figura feminina representando Lisboa edificada e a deusa Minerva simbolizando a reforma do ensino. Este artigo discute os modos pelos quais o marquês de Pombal foi representado nos primeiros anos do Estado Novo português, especialmente no contexto da inauguração do monumento em sua homenagem, em 1934. Para tanto, faremos uso de alguns pressupostos teóricos relacionados aos mitos e representações, especialmente do conceito de “mito de origem,” que se articula com uma visão filopombalina que concebe sua ação política como o início de uma nova era, e de “mito de fim”, que por sua vez se relaciona ao antipombalismo, pois considera suas reformas como o fim de uma Idade de Ouro, representada pelo jesuitismo (Eliade, 2000).

Chamam a atenção, nas fotos e notícias do dia, duas ausências notáveis: a de António Óscar Fragoso Carmona (1869-1951), terceiro Presidente da República após o Golpe de 28 de Maio de 1926, e primeiro do Estado Novo, em 1933, e António de Oliveira Salazar (1889-1970), presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, que liderou uma das ditaduras mais duradouras da Europa. Tais ausências, independentemente de qualquer justificativa pontual que pudesse ter sido dada na ocasião, levou-nos a indagar quais teriam sido os modos pelos quais o marquês de Pombal foi representado nos primeiros anos do Estado Novo português,

identificando as instâncias, autores e obras que deram lastro a tais representações, sobretudo no contexto da inauguração do monumento em sua homenagem, na rotunda situada na Avenida da Liberdade, em Lisboa, local que havia sido renomeado como Praça Marquês de Pombal em 1882. Façamos, inicialmente, um breve histórico do monumento.

O monumento a Pombal

As comemorações do primeiro centenário pombalino marcaram, como já se observou (Franco e Rita, 2004), o momento principal da mitificação do poderoso ministro do rei D. José I (1714-1777), dando início a uma propaganda de enaltecimento de sua figura que acabou produzindo uma imagem anacrônica do marquês como precursor do liberalismo e da democracia. Mas as primeiras tentativas de reabilitação da figura de Pombal começam a aparecer algumas décadas depois da Viradeira, como ficou conhecido o período de reação antipombalina do reinado de D. Maria I (1734-1816), que o submeteu a um processo judicial que o levou ao exílio e à morte. À época, foram publicadas centenas de poemas satíricos, com ataques e acusações ao ex-ministro, chegando a soberana (ou seu marido, D. Pedro III), a ordenar a retirada do medalhão com sua efígie que ficava abaixo da estátua equestre de D. José I e a sua substituição por uma composição com o brasão da cidade (Fernandes, 2023, p. 85). O medalhão só foi repostado em 1833, durante a regência de D. Pedro IV (1798-1834), o D. Pedro I do Brasil (Franco; Figueiredo, 2018).

Com efeito, na época em que o medalhão foi repostado, as primeiras reavaliações positivas da governação pombalina já haviam sido iniciadas há uma década, como notou Falcon (1993), entre liberais como José Acúrsio das Neves (1766-1834), tanto em *Variedades sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas consideradas segundo os princípios da economia política* (1814-1817, 2 tomos) quanto em *Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos* (1820), mas também entre literatos como Ferdinand Denis (1798-1890), em *Resumo da História Literária de Portugal seguido da História Literária do Brasil* (1826), e Almeida Garret (1799-1854), em *Parnaso Lusitano* (1826), obras em que a época pombalina é tida como um período de restauração ou regeneração das letras portuguesas (Franco; Oliveira, 2024).

Já em 1838, Maurício do Carmo Sendim (1786-1870), desenhador e gravador, executou as gravuras alusivas aos *Factos memoráveis relativos à administração do grande Marquez de Pombal* (1838-1839), em cuja primeira composição o artista exalta a figura do ministro num desenho em que a divindade Lísia apresenta às quatro partes do mundo a sua efígie, enquanto

a figura alegórica da Justiça ordena à História que anote seus importantes atos públicos (Fernandes, 2023, p. 85). Em 1856, os restos mortais do marquês, que haviam sido depositados no túmulo na igreja do Convento do Cardal, que foi vandalizado pelas tropas francesas do general Massena (1758-1817), num episódio que foi objeto de um poema de Machado de Assis (1839-1908) composto na ocasião do seu centenário, em 1882 (Papassoni, 2023), foram trasladados para Lisboa. O assunto teve repercussão na imprensa da época e a cerimônia realizou-se no dia 1.º de junho de 1856, consumando-se com a transferência das ossadas para a Igreja das Mercês, em Lisboa, conforme vontade expressa do próprio ministro, tal como representa João Ribeiro Christino da Silva (1858-1948) em gravura de 1882 (Fernandes, 2023, p. 87). Quase duas décadas depois, a 29 de abril de 1873, data comemorativa do dia em que D. Pedro IV assinou a Carta Constitucional de 1826, foi concluída a obra do Arco da Rua Augusta, na qual o marquês ocupa lugar de destaque, juntamente com Viriato (181 a.C.-139 a.C.), Nuno Álvares Pereira (1360-1431) e Vasco da Gama (1469-1524). O projeto foi finalizado por Vítor Bastos (1830-1894), entre 1862 e 1873, a partir de uma remodelação do projeto aprovada em 1861 (França, 1966, p. 327).

Mas foi em 1882, como já afirmamos, que a figura do marquês de Pombal alcançou uma dimensão mítica, com uma série de comemorações que incluíam publicações, gravuras, composições musicais, peças teatrais e não se restringiram a Portugal, ocorrendo também em alguns lugares do Brasil (Franco; Rita, 2004; Oliveira, 2022). A maçonaria desempenhou um papel relevante em todo o processo, sobretudo por conta do resgate do antijesuitismo pombalino, que serviu para combater o novo surto de jesuitismo que, segundo seus membros, invadia o país. O Conselho da Ordem, por sua vez, através do *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, série 1881-1882, lançou a ideia de edificar um grande monumento em memória ao marquês de Pombal, mobilizando todas as suas lojas para o trabalho de busca e recolha de verbas e patrocínios. O plano, que gerou discussões polêmicas entre políticos e intelectuais na imprensa, arrastou-se até o século seguinte, quando foi inaugurada, a 13 de maio de 1934, a estátua do célebre ministro no coração de Lisboa (Bebiano, 1982).

Somente em 1913 lançou-se um concurso para a submissão de projetos da estátua comemorativa do marquês. O projeto vencedor, concebido pelos arquitetos Adães Bermudes (1864-1948) e António do Couto (1874-1946), foi idealizado pelo escultor Francisco dos Santos (1878-1930). A 12 de agosto de 1917, o Presidente da República Bernardino Machado (1851-1944), acompanhado pelo presidente do senado municipal, Costa Gomes (1868-1929), depositou a pedra fundamental do monumento. Como informa Fernandes (2023, p. 96), a revista *Ilustração* cobriu o evento, publicando uma fotografia em que os trabalhadores

aparecem estabelecendo os alicerces do monumento. O diário republicano *A Capital*, por sua vez, transcreveu o discurso de Bernardino Machado, no qual o presidente estabelecia uma genealogia política que ligava a República aos liberais de 1820 e ao ministro de D. José I. Seu mandato presidencial, contudo, que já tinha sido interrompido pelo golpe de Sidónio Pais (1872-1918), em 1917, acabou por não cumprir o segundo, com a “revolução” de 28 de maio de 1926.

Alguns meses antes, contudo, na sessão da Câmara de Lisboa de 11 de março de 1926, foi aprovada a data de 13 de maio, dia do nascimento de Pombal, como feriado municipal. Coincidentemente, oito anos depois, quando se inaugurou finalmente o monumento, em 1934, foi comemorado pela última vez o feriado pombalino, pois o novo regime mudou de heróis, escolhendo os representantes da cidade um novo feriado, o 25 de outubro, em memória à data em que os conquistadores haviam entrado na cidade, derrotando os muçulmanos em 1147. No ano seguinte, sintomaticamente, publica-se a Lei n. 1901, de 21 de maio de 1935, proposta pelo deputado integralista José Cabral (1885-1950), que tornou ilegais o que definiu como “associações secretas” em Portugal, visando atingir, sobretudo, a Maçonaria, que no fim das contas tinha proposto a ideia da construção do monumento em homenagem a Pombal. O Grande Oriente Lusitano só voltou a funcionar legalmente com a revolução de 25 de Abril de 1974, quando foi revogada a lei, sendo-lhe devolvidos os bens que foram confiscados.

Idade Média x modernidade: um conflito de narrativas

A instauração da República em Portugal, a 5 de outubro de 1910, representou, em muitos aspectos, uma ruptura sem precedentes com duas instituições que remontam à Idade Média: a Monarquia e a Igreja. A primeira com a proclamação do novo regime, e a segunda com um dispositivo legal: a Lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de abril de 1911, aprovada por decreto com força de lei no Governo Provisório da República Portuguesa. Os bens da Igreja Católica foram confiscados e nacionalizados e as manifestações públicas de culto passaram a ser fiscalizadas, o que provocou, mais uma vez, o corte de relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. Os paralelos com a governação pombalina foram inevitáveis, tanto com relação à Monarquia, dada a condenação promovida pelo ministro de D. José aos Távoras e a todas as pessoas supostamente envolvidas na tentativa de assassinato do rei, quanto com a Igreja, uma vez que Pombal ficou conhecido internacionalmente por sua perseguição e consequente proibição da mais importante ordem religiosa do período: a Companhia de Jesus. Numa caricatura da época, em alusão às políticas anticlericais de Afonso

Costa (1871-1937), o presidente do ministério de Portugal entre 1913 e 1914, aparece no lugar de Pombal numa cena semelhante à do famoso quadro de Louis-Michel van Loo (1707-1771) e Claude Joseph Vernet (1714-1789), representando a expulsão dos jesuítas no século XVIII (Pereira, 2006, p. 204).

Segundo Fernandes (2023, p. 88-89), a última representação positiva de Pombal na transição entre a primeira e segunda repúblicas, na década de 1920, foi de autoria de Francisco José da Rocha Martins (1879-1952), jornalista e historiador ligado aos republicanos, que considerava Pombal um dos grandes vultos da história de Portugal, algo expresso tanto em “O Marquez de Pombal e a sua amizade com os Jesuítas”, artigo publicado em 1923 na revista *Fantoches*, quanto em “Os sofrimentos de Pombal e os das suas vítimas”, publicado em 1927 no *Diário de Notícias*. Sua obra principal dedicada ao ministro, no entanto, foi publicada no final da década seguinte, em 1939: *O Marquês de Pombal desterrado, 1777-1782*.

Já na década de 1930, muitos comentários da imprensa são desabonadores de sua obra, sobretudo na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, marcada por sua conhecida tirania, fazendo ver que o célebre ministro já não detinha o mesmo prestígio que lhe era atribuído desde o advento da monarquia constitucional até a Primeira República. Tal processo de reavaliação da obra pombalina começa a apresentar-se na própria historiografia em sua releitura da Idade Média, como notou Martins (2017, p. 32), que afirma que num espaço de cem anos, entre 1842 e 1942, estiveram em voga dois modelos interpretativos ideologicamente contrários: o “modelo liberal-laicista”, representado por Alexandre Herculano (1810-1877), Teófilo Braga (1843-1924), e Jaime Cortesão (1884-1960), dentre outros, e o “modelo católico-conservador”, que alinhava integralistas e monarquistas contrarrevolucionário das décadas de 1910 a 1930, tais como António Sardinha (1887-1925), Alfredo Pimenta (1882-1950) e João Ameal (1902-1982).

Para Herculano, por exemplo, a Idade Média era marcada pela variedade e pela liberdade, ao contrário da monarquia despótica do Império romano, que se opunha à “variedade” e “liberdade” associadas à época medieval, nos reinados de D. Duarte (1391-1438), D. Afonso V (1432-1481) e D. João II (1433-1495), antes do início da decadência da nação portuguesa. As razões de tal decadência deviam-se à preponderância do elemento “monárquico” sobre o “aristocrático”, ou “feudal”, e o “democrático”, ou “municipal” (Martins, 2017, p. 37). Apesar de divergir de Herculano em alguns pontos, Teófilo Braga, que, com Emídio Garcia (1838-1904) e Latino Coelho (1825-1891), entre outros, tiveram papel importante na formulação e difusão do ideário republicano, que buscava apropriar-se das comemorações centenárias dos “heróis nacionais” para divulgar seus postulados - como

ocorreu com o tricentenário de Camões, em 1880, e com o centenário de Pombal, dois anos depois -, também tinha uma visão positiva da Idade Média, entendendo, tal como autores setecentistas como D. Luís da Cunha (1662-1749), António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) e Luís António Verney (1713-1792), a Contra-Reforma e a intolerância religiosa como causadoras do atraso português, ponto principal do discurso antijesuíta dos escritos pombalinos.

A proclamação da República, em 1910, se por um lado foi tida como algo positivo para Portugal, uma vez que significou um passo importante em seu processo de modernização, por outro foi representada negativamente, como um indício do estado decadente em que se encontrava o país. Era o caso dos membros do “Integralismo Lusitano”², movimento monárquico e tradicionalista fundado em 1913 e liderado pelo deputado e historiador António Sardinha (1887-1925), que valorizava a Idade Média pelo que os republicanos buscavam extinguir: a monarquia e a religião, contrapondo-a ao Renascimento, que, para o autor, em artigo de 1923, representava o início da decadência da Europa e da nação portuguesa. Seu antiliberalismo, nesse sentido, era a expressão de uma crítica geral da Modernidade, causadora, em última análise, da dissolução da ordem política, religiosa e moral da Idade Média (Martins, 2017, p. 49-50). Segundo Rodrigues (1987, p. 456), Pombal, para Sardinha, teria sido “o primeiro grande responsável pelas desgraças da pátria por ter a espontaneidade social com o seu estadismo enfático”, pois teria usado o poder civil para suplantiar as altas hierarquias eclesiásticas, instalando um clima propício à revolução.

Outro influente intelectual do Estado Novo adepto dessa interpretação histórica foi Alfredo Pimenta, poeta, jornalista e historiador que em 1931 ascendeu a diretor do Arquivo Municipal de Guimarães e em 1949 tornou-se conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Em seus *Elementos de História de Portugal*, manual escolar publicado em 1934, ano da inauguração do monumento em homenagem a Pombal, o autor não considerava o papel desempenhado pelo ministro de D. José I digno de relevância. Tal atitude despertou a crítica de João de Carvalho Daun e Lorena (1879-1944), bisneto do terceiro marquês de Pombal, José Francisco Xavier Maria de Carvalho Melo e Daun (1753-1821), segundo filho de Sebastião José de Carvalho e Melo, que acusou o autor de querer “apoucar e deslustrar” a governação pombalina, numa palestra realizada no Liceu Infante D. Henrique de S. Vicente de Cabo Verde

² Para Carvalho (2012, p. 14), “a recusa da Modernidade e da correlata novidade das múltiplas linguagens filosóficas, científicas, políticas, artísticas e, sobretudo, sociais, em que se exprimia, marcou a agenda do Integralismo Lusitano, filho ideológico do movimento congénere da *Action Française* e do tradicionalismo que ancorava no pensamento contra-revolucionário dos séculos XVIII-XIX a sua matriz”.

em Outubro de 1935 intitulada *O marquês de Pombal na história e nas histórias*, que se tornou um opúsculo publicado no mesmo ano. A publicação do opúsculo provocou a reação de Pimenta, que escreveu, no *Diário da Manhã* de 10 de novembro de 1936, que se tratava de uma fala de um descendente de Pombal, e não de um historiador como ele, o que fez com que Daun e Lorena publicasse um novo opúsculo no ano seguinte, *O Marquês de Pombal. Réplica ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta*. A polémica se arrastou até o ano seguinte, com mais uma resposta de Pimenta publicada no *Diário da Manhã* do dia 16 de março, dessa vez colocando em questão o papel do ministro de D. José I na reconstrução da cidade de Lisboa depois do terremoto de 1755 e sua condição de “bom católico”, o que provocou um último folheto de Daun e Lorena, publicado a 8 de abril de 1937 (Braga, 2021, p. 114-116).

Outro descendente de Pombal que militou em defesa de sua memória histórica foi João Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa (1878-1970), segundo marquês e quinto conde de Rio Maior. Trineto da filha mais nova de Sebastião José, Maria Amália de Carvalho e Daun (1756-1812), esposa do primeiro conde de Rio Maior, José Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa (1746-1804), João Saldanha publicou, com muito sucesso em 1934, *O Marquês de Pombal. Sua morte e vida cristãs*, obra que teve mais duas edições em 1944. O livro gerou polémica já em 1935, quando saiu, na revista *Brotéria*, da Companhia de Jesus, um artigo intitulado “O marquês de Pombal irreligioso ou católico?” e assinado em pseudônimo, provavelmente por Domingos Maurício (1898-1978), um dos principais colaboradores da revista. Em resposta, o descendente de Pombal publicou, em 1936, *Inéditos pombalinos. I. O marquês de Pombal e os Sousas do Calhariz*, em que busca provar que o ministro estava isento de culpa na perseguição promovida contra a família que dá o nome ao livro. Em 1938, foi a vez de publicar *O Marquês de Pombal acusado e defendido. I. O marquês de Pombal viveu e morreu católico*, uma resposta às críticas que sofreu em 1934, e em 1940, movido por mais uma crítica da *Brotéria* publicada no ano anterior, produziu *O Marquês de Pombal acusado e defendido. II. Desabar de lendas o ocaso de calúnias (alguns documentos inéditos)*. No mesmo ano, apresentou no Congresso do Mundo Português a comunicação *O marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem*, impressa em 1943. Dez anos depois, com base nas *Memórias das Principais Providências que se deram no Terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755 [...]*, de John Smith, o conde da Carnota (1813-1886), publicou na revista *Estremadura* o artigo “No centenário do terramoto grande”, em que defende que a ação do ministro de D. José foi fundamental para enfrentar as consequências da catástrofe (Braga, 2021, p. 109-111).

Mas o historiador mais representativo do novo regime que iria ser implantado foi João Ameal (1902-1982), intelectual ligado ao movimento monárquico integralista Ação Realista Portuguesa que se tornou deputado nas décadas de 1940 e 1950 (Pinto, 1993). Seu apelo à recuperação dos valores morais e espirituais medievais, nos textos que publicou entre o período da ditadura militar e a Segunda Guerra Mundial, diagnosticava para os males do presente a filosofia de São Tomás de Aquino (1225-1274). Conforme o autor, Salazar era tido como uma figura messiânica, salvadora de Portugal depois de um longo período de declínio, pois teria sido o responsável pela recuperação do prestígio que o reino português tinha durante a Idade Média e início do Renascimento. Tal como Pimenta, Ameal afirma que a crise do “espírito nacional” teria iniciado no final do século XVIII, com a emergência do “Liberalismo revolucionário” (Apud Martins, 2017, p. 56; 58-59). O retrato que faz de Pombal, em sua *História de Portugal, das origens até 1940*, não é nada abonador. Para ele, o valido de D. José urdiu uma vasta cabala, envolvendo a França e a Espanha, contra Clemente XIII, que ele considerava excessivamente benigno para com os jesuítas (Chauvin, 2016, p. 66).

Pombal e o Estado Novo

O antipombalismo decorrente dessa leitura integralista da história de Portugal acabou fazendo escola, como testemunha a biografia de Salazar escrita originalmente em 1942 pelo intelectual romeno Mircea Eliade (1907-1986). Vindo de Londres, para onde tinha sido enviado como adido cultural da Embaixada da Romênia em 1939, Eliade chegou a Lisboa em 1941. Bem relacionado com alguns simpatizantes e adeptos do Estado Novo, fez amizade com Alfredo Pimenta e João Ameal, que lhe forneceram informações e documentos sobre a história portuguesa, os quais o ajudaram a não somente admirar os tempos medievais e a era dos descobrimentos, mas também a conceber a governação pombalina como algo negativo, pois teria negado as tradições medievais de um “Portugal profundo” para abraçar a Europa do Iluminismo, no intuito de aproximar o reino português do que se considerava à época a ciência e o progresso. Em tal perspectiva, enquanto Salazar é tido como uma espécie de Messias, um “ditador perfeito”, responsável pela renovação do seu país, Pombal é o representante da “tirania iluminada”:

A ditadura do Marquês de Pombal (1750-1777) foi o princípio do fim. Pombal tentou modernizar Portugal, incentivando “as Luzes” do século XVIII e atacando cruelmente as instituições tradicionais. Adepto genial da teoria do “rei absoluto” e da tirania iluminada, instaurou a Monarquia do direito divino, destruindo a aristocracia,

expulsando os jesuítas, atacando o catolicismo. Durante o seu governo em Portugal as doutrinas anticatólicas, promovendo ele, amplamente, as lojas maçônicas (Eliade, 2011, p. 40).

Não deixa de ser intrigante, portanto, o fato de que o maior monumento dedicado ao marquês de Pombal tenha sido inaugurado naquele ano de 1934, quando seu legado estava sendo posto em xeque por um grupo de influentes intelectuais do novo regime, aqui qualificados como historiadores integralistas, que o rejeitavam por sua suposta oposição a duas instituições fundadoras do reino lusitano: a igreja e a aristocracia. Segundo Fernandes (2023, p. 99), a inauguração foi entendida como o pagamento de uma dívida de gratidão por uma escolha do passado, e não mais do presente, quando os heróis passaram a ser outros. Era preciso honrar os compromissos financeiros assumidos com quem tinha investido naquele empreendimento, como a Maçonaria e o próprio *Diário de Notícias*, embora já em 13 de maio de 1927, no dia escolhido para se evocar a figura do marquês de Pombal na cidade, o *Diário de Lisboa* desse notícia de uma série de iniciativas que pretendiam comemorar o centenário da morte do condestável Nuno Álvares Pereira, iniciando um processo de construção discursiva de outros heróis nacionais, daí a militância de seus descendentes em prol da manutenção de sua memória, usando, para tanto, da interpretação filopombalina que havia sido legada pela historiografia produzida no período do centenário de sua morte, em 1882, da qual emergiu a imagem anacrônica de um Pombal liberal e democrático.

Contudo, quatro anos depois, dois observadores estrangeiros associaram a imagem de Pombal a Salazar, como fez o diplomata britânico Marcus Cheke (1906-1960), já em 1938, quando saiu a primeira edição, em inglês, de *O ditador de Portugal, Marquês de Pombal*, obra na qual afirma que a vida do ministro de D. José I nos ajuda a apreciar “os meios de que se serviu o Doutor Salazar para reorganizar o sistema econômico do seu país e restabelecer-lhe o crédito” (Cheke, 1938, p. viii). No mesmo ano, o jornalista alemão Friedrich Sieburg (1893-1964), em *Le nouveau Portugal, portrait d'un vieux pays [O novo Portugal, retrato de um país velho]*, chegou a afirmar que Salazar simpatizava com seu antecedente histórico, dado que a governação pombalina oferecia uma fascinante semelhança com o Estado Novo (Sieburg, 1938, p. 113).

Mas tal associação não deixou adeptos em Portugal, como testemunha o livro *O Brasil na administração pombalina*, publicado em 1940, de Antonio de Souza Pedroso, o segundo visconde de Carnaxide, que, apesar de fazer referência aos dois autores anteriormente citados, foi mais preciso na comparação entre Pombal e Salazar, embora não fosse um adepto da política do marquês. Para o autor, o confronto das duas personalidades apresentava menos semelhança

do que antíteses, pois Pombal, além de ser “matreiro”, possuía a fé dos simples em si próprio e nas obras dos homens, enquanto Salazar, sendo um indivíduo que não duvidava de Deus, não tinha, todavia, fé nos homens. Ao comentar o livro do jovem padre jesuíta Luís Moreira de Sá e Costa (1909-1939), *Descendência dos 1.º Marquês de Pombal*, publicado em 1937, que criticava severamente a obra apologética produzida e publicada na época pelos seus descendentes, aqui comentada, o autor afirma que foi uma ironia do destino terem os criadores da República em Portugal adotado Pombal como patrono:

Ironia, - aí sim, houve uma imensa ironia do destino - está em se terem engraçado do Marquês os homens que fizeram a república em Portugal. Foi êle funesto à realeza, foi, mas só pelo seu excesso de regalismo. Não obstante, arvoraram-no em padroeiro da corrente demagógica portuguesa, a qual o insultou em Lisboa com a estátua mais demagógica da cidade (Carnaxide, 1940, p. 64).

Algumas considerações

Como vimos, o marquês de Pombal (1699-1782) foi objeto de um processo de mitificação positiva que se inicia logo depois da Viradeira e se estende durante todo o século XIX, alcançando sua plenitude na celebração no centenário de sua morte, em 1882, quando surgiu o plano da construção de um monumento em sua homenagem. Apropriado como “mito de origem”, para usarmos de uma categoria do seu biógrafo Mircea Eliade (2000), ele tem, para seus defensores, um caráter redencionista, pois a sua governação teria buscado colocar Portugal em sintonia com a “Europa polida”, para usar uma expressão da própria legislação pombalina, tirando o reino do atraso a que a tinham relegado uma aristocracia ociosa e um clero corrupto. Foi por conta de tal representação que os liberais que implantaram a Monarquia Constitucional (1820-1910) o escolheram como patrono, assim como os maçons, que, aproximando-se do Partido Republicano, agregaram homens que pertenciam a vários matizes políticos, de monarquistas constitucionais a socialistas, unidos em torno de pelo menos um traço unificador: o antijesuitismo.

Não é de surpreender, desse modo, que, com o advento da República, sua apropriação positiva, da mesma forma, deveu-se à sua oposição aos Távoras e aos jesuítas. Entre os intelectuais ligados ao Estado Novo, contudo, ele foi apropriado como um “mito de fim” (Eliade, 2000), pois passou a representar o rompimento de um período de paz e prosperidade, como a Idade Média imaginada pelos historiadores integralistas adeptos do novo regime, que atribuíram os motivos da decadência do país ao suposto descaso dos governantes com os valores religiosos, bem como à condenação supostamente rancorosa da aristocracia, ou pelo

menos de parte dela, algo representado pela condenação sumária dos Távoras.

Como afirma Barthes (2007, p. 261-263), o discurso mítico emerge de circunstâncias históricas concretas, constituindo-se como um sistema semiológico no qual a linguagem é entendida não somente em sua forma verbal, mas como uma unidade significativa que pode abranger imagens e objetos, desde que eles possam tornar-se “fala”. Dessa forma, se o mito entra na linguagem mediante uma relação dialética das atividades humanas, apresenta-se depois num processo de inversão do real que o esvazia de sua história, naturalizando-o. Nesse sentido, ele pode ser entendido também no nível de suas representações, no sentido que Chartier (2002, p. 23-24) dá ao termo, isto é, como séries de discursos que apreendem e estruturam o mundo, podendo ser apropriados pelos leitores dos textos – ou das imagens – que nos possibilitam ver e a pensar o real.

No caso do marquês de Pombal, sua representação bipolar, contrapondo apoiadores e contrários, repercute em quase todas as narrativas biográficas e historiográficas que o têm como tema, como tivemos oportunidade de observar no caso da inauguração do seu monumento, em 1934. Entre o(a)s que o exaltavam, celebravam-se as suas reformas econômicas, educacionais, culturais e sociais, bem como uma nova legislação que promoveu a tolerância e a integração, tanto com relação aos cristãos-novos quanto aos negros escravizados de Portugal e os índios do Brasil, sem contar o arquivamento dos processos de acusação contra as emergentes lojas maçônicas. Entre seus(uas) opositore(a)s, condenavam-se as práticas persecutórias do seu governo, sobretudo a expulsão dos jesuítas, e a violência com que exerceu a condenação e tortura dos grupos da população que se manifestaram contra suas reformas, como a execução dos Távoras e a repressão à aldeia de pescadores da Trafaria e aos comerciantes do vinho do Porto.

No caso dos historiadores integralistas que deram suporte ao Estado Novo, seu antipombalismo coloca-se como uma questão historiográfica de fundo, afetando não somente o julgamento que se fez acerca de sua ação política e cultural, mas também, e sobretudo, a sua (re)interpretação do papel Idade Média e da Modernidade na formação do que então já se considerava a nação portuguesa. Assim, a figura do ministro de D. José I, representando um cosmopolitismo ou europeísmo que desvirtuava o país de sua suposta vocação medieval, foi de pronto descartada como um herói da nação, o que nos leva à conclusão de que a mitologia medievalista encampada pelos historiadores que deram suporte ao regime, na ânsia de associá-la à ideia de um Portugal profundo, era incompatível com o europeísmo iluminista almejado, ao menos discursivamente, pela política pombalina, motivo pelo qual a figura de Pombal, apesar de ter sido aceita a partir de finais da década de 1940, juntando-o ao seu panteão de

heróis nacionais, não se associou, simbolicamente, à ditadura de Salazar, ao contrário do que afirmavam observadores estrangeiros como Cheke (1938) e Sieburg (1938).

Referências

- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução: José Augusto Seabra. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BRAGA, Paulo Drummond. Descendentes e apologistas do marquês de Pombal. polémicas novecentistas. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n. 21, p. 103-119, 2021.
- CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil da administração pombalina: economia e política externa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- CARVALHO, Paulo Archer de. Integralismo lusitano: reação, recristianização, retorno. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 18, n.1, p. 13-31, 2012.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2a. ed. Algés: Difel, 2002.
- CHAUVIN, Jean Pierre. Marquês de Pombal: retrato sem moldura. *Revista de Estudos de Cultura*, n. 4, p. 53-73, jan./abr. 2016.
- CHEKE, Marcus. *Dictator of Portugal - a life of the marquis of Pombal, 1688-1782*. New York: Ayer Co Pub, 1938.
- Diário de Notícias*. Inauguração da estátua do marquês de Pombal. Lisboa, 14 de maio de 1934. Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/inauguracao-da-estatuado-marques-de-pombal-10894760.html>.
- ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Tradução: Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 2000.
- ELIADE, Mircea. *Salazar e a revolução em Portugal*. Tradução: Anca Milu-Vaideseagan. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.
- FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- FERNANDES, Paulo Almeida. 13 de maio: História de um feriado lisboeta e da memória de Pombal na capital portuguesa. *E-Letras Com Vida*, n. 10, p. 80-103, jan./jun. de 2023.
- FRANÇA, José Augusto. *A arte em Portugal no século XIX*. Lisboa: Bertrand, 1966, vol. 1.
- FRANCO, José Eduardo; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *O Marquês de Pombal e a Unificação do Brasil: pombalino, história e literatura*. Lisboa: Temas e Debates, 2024.
- FRANCO, José Eduardo e FIGUEIREDO, Vanda. “Antipombalismo”. In: FRANCO, José Eduardo (dir.). *Dicionário dos antis: a cultura portuguesa em negativo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018, v. 2.
- FRANCO, José Eduardo; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *O marquês de Pombal e a unificação do Brasil: pombalismo, história e literatura*. Lisboa: Temas e Debates, 2024.

MARTINS, Pedro Alexandre Guerreiro. Uma época de grandeza: idade média, decadência e regeneração na historiografia portuguesa (1842-1942). *Revista de Teoria da História*, v. 17, n. 1, p. 30-69, jul./2017.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Pombalino e antipombalismo no Brasil: representações das reformas do ensino no centenário e no bicentenário do marquês de Pombal. *Revista Brasileira de História da Educação*, 22, e195, 2022, p. 1-22.

PAPASSONI, João Paulo. *Uma perpétua lida: estudo sobre a Derradeira Injúria*, de Machado de Assis. Lisboa: Theya; Aracaju: Criação, 2023.

PEREIRA, Alice Maria Reis. *A imagem anticlerical no discurso retórico de Afonso Costa: mito ou verdade?* 2006. 226f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora, 2006.

PINTO, Antonieta Maria da Silva. *João Ameal, o historiador do regime*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea de Portugal) - Universidade de Coimbra. Coimbra, 1993.

RODRIGUES, A. M. M. António Sardinha: Alguns aspectos do seu pensamento. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 43 (3/4), p. 451-462, 1987.

SIEBURG, Friedrich. *Le nouveau Portugal, portrait d'un vieux pays*. Tradução do alemão: Pierre Klossowski. Paris: Les Éditions de France, 1938.

ISSN: 1984-4921

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v17.n38.02>

Submetido em: 20/04/2025

Aprovado em: 04/08/2025